

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.145 - SP (2019/0301923-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI E OUTRO
ADVOGADOS : MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI - SP272170
LARA CAROLINE DE ALMEIDA - SP418701
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIANO TEIXEIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO DE USO PERMITIDO E DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. LIMINAR INDEFERIDA PELAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Luciano Teixeira da Silva** contra ato coator proferido pelo desembargador Guilherme de Souza Nucci, integrante da Décima Sexta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo que, nos autos do HC n. 2192561-56.2019.8.26.0000, indeferiu a liminar pleiteada, mantendo o paciente preso preventivamente pela suposta prática de condutas descritas nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 e 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003.

O impetrante alega, em síntese, que o Ministério Público insistiu na oitiva de testemunhas faltantes na audiência do dia 21/8/2014. Afirma que foi determinada expedição de precatória em 26/11/2018, três meses após a audiência, essa distribuída em 12/4/2019, cinco meses depois. Após, foi determinada a oitiva da testemunha para 27/6/2019, dois meses após o recebimento da carta precatória.

Salienta que o réu se encontra preso em razão de decisão proferida em processo digital em trâmite há mais de 1 ano e 6 meses sem ter sido sentenciado.

Argumenta que a demora na entrega da prestação jurisdicional não se deu por culpa da defesa do paciente, existindo dois réus que ainda não apresentaram alegações

Superior Tribunal de Justiça

finais. Assim, o excesso de prazo configura claro constrangimento ilegal.

Sustenta que a demora para o encerramento do processo sem justificativa plausível ofende princípios constitucionais, especificamente o da dignidade da pessoa humana e o da razoável duração do processo.

Aduz estarem presentes os requisitos para concessão da liminar, motivo pelo qual pede que responda ao processo em liberdade até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pede a confirmação da liminar e a concessão da ordem em definitivo (fls. 3/21).

É o relatório.

A Terceira Seção desta Corte Superior, na linha do preceituado na Súmula 691/STF, entende não ser cabível *habeas corpus* contra decisão de relator que indefere medida liminar em ação de igual natureza ou que não conhece do *writ* impetrado nos Tribunais de segundo grau, salvo nas hipóteses em que houver manifesta teratologia ou ilegalidade evidente.

In casu, a liminar foi indeferida na origem aos seguintes fundamentos (fls. 25/26):

De se constatar, do exame dos autos originários, que o aventado excesso de prazo na duração da custódia cautelar não resta configurado. Insta consignar, por pertinente, que para apurar tal ocorrência devem ser observados os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não sendo suficiente a mera soma aritmética de prazos.

No caso sub judice, a demora no julgamento do feito não se mostra excessiva, porquanto a designação de novas audiências, pela autoridade impetrada, restou fundamentada pela necessidade de conclusão da atividade instrutória, visto estar pendente o cumprimento de uma carta precatória para oitiva de testemunha comum ao Parquet e à defesa. Deste modo, não se mostra desproporcional o prolongamento da prisão até esse momento, em especial pela proximidade da data para a qual foi redesignada a audiência (15.10.2019).

Acresça-se que, diante do panorama evidenciado nos autos, verifica-se ser, em princípio, pertinente a manutenção da custódia cautelar com vistas à garantia da ordem pública, sobretudo em virtude da vultosa quantidade de entorpecente (13,865kg de crack) apreendida, além do total de 2.147 munições (de uso permitido e restrito) transportadas pelo paciente e pela corré, revelando a reprovabilidade social daquele, bem como a gravidade concreta do delito.

Por consectário, aguarde-se a vinda das informações a serem prestadas pela autoridade impetrada, como forma de viabilizar a formação de entendimento coeso e fundamentado, seguindo-se à análise ulterior, devidamente acurada, em sede de mérito, do presente *writ*.

Superior Tribunal de Justiça

Do excerto, verifica-se que, com arrimo no princípio da razoabilidade e nas peculiaridades do caso concreto, o Tribunal local indeferiu a liminar, destacando o volume de drogas apreendido e armas apreendidas (13,865 kg de crack e 2.147 munições de uso permitido e restrito), bem como na necessidade de expedição de carta precatória e na proximidade da realização de audiência designada (15/10/2019).

Não vislumbro, assim, teratologia para superar a Súmula 691/STF.

Ante o exposto, **indefiro** liminarmente o *writ*.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

